

Paralaxe, negatividade e periferia: Rumos para uma metacrítica da economia política do espaço

Thiago Canettieri
Thiago.canettieri@gmail.com

Título da Mesa: Os limites da crítica tradicional: o que as periferias podem dizer sobre?
Eixo temático: Teoria do valor e antagonismos sociais

Resumo: Se, conforme o diagnóstico de certos autores, a crítica se encontra no seu limite e, assim, indica sua falência, não é possível ignorar a urgência de encontrar novas bases para a efetiva crítica do estado atual das coisas. Neste trabalho consta, sobretudo, a aposta de desenvolver uma proposta metodológica de efetivação da crítica para além da própria crítica. E essa aposta reside exatamente que o movimento da crítica pode ser encontrado exatamente junto à experiência cotidiana das periferias, já que se constituem como o resíduo – no sentido lefebvriano – da urbanização capitalista. Assim, a função da teoria crítica do urbano hoje deve ser criar uma paralaxe com essa experiência e, dessa forma, permitir pensar diferentemente, rumo a uma metacrítica. Dessa forma, passa-se por um engajamento com a teoria crítica frankfurtiana e suas interpretações contemporâneas, como de Vladimir Safatle e Slavoj Zizek, para apontar seus limites – tanto no sentido geométrico (seu perímetro de validade ou juridisão), mas, principalmente, no sentido matemático (o atrator para onde tendem certas virtualidades encontradas em ‘outros lugares’). Com isso, o foco reside sobre como os conceitos do campo teórico entram em contato com o campo da experiência objetiva, criando uma espécie de curto-circuito. O que esse movimento indica é a necessidade de se desenvolver, coletivamente, uma epistemopolítica para uma crítica renovada e engajada com a mudança social.

Palavras-Chave: Crítica da Economia Política; Paralaxe; Periferias

Abstract: If, according to the diagnosis of certain authors, the critique is at its limit and thus indicates its collapses, it is not possible to ignore the urgency of finding new bases for the effective critique of the current state of things. In this work, I argue that is especially important to develop a methodological proposal for the effectiveness of critique beyond criticism itself. And this bet is exactly that the movement of critique can be found exactly with the daily experience of the peripheries, since they constitute the residue - in the Lefebvrian sense - of capitalist urbanization and then may change the way we perceive reality. Thus, the function of critical urban theory today must be to create a parallax with that experience and thus allow to think differently toward a *metacritique*. In this way, an engagement with the Frankfurtian critical theory and its contemporary interpretations, as of Vladimir Safatle and Slavoj Zizek, is made to point out its limits - in the geometrical sense (its perimeter of validity or juridisation), but mainly in the Mathematical sense (the attractor to which certain virtualities found in 'other places' tends). With this, the focus of this paper is on how the concepts of the theoretical field come into contact with the field of objective experience, creating a kind of short circuit. What this movement indicates is the need to collectively develop an epistemopolitics for renewed criticism and engagement with social change.

Keywords: Critique of Political Economy; Parallax; Periphery

INTRODUÇÃO

A crítica anticapitalista opera dentro de um ‘*mapeamento cognitivo*’¹ já estabelecido que tem um sentido em si. Todavia, durante muito tempo essa crítica tem encontrado limitações em lidar com o Real² do capitalismo e do estado atual das coisas – uma espécie de muro que limita o seu avanço, seja teórico ou seja político³. Trata-se, portanto, de reconhecer um “processo de esgotamento do que convencionamos chamar de crítica” (SAFATLE, 2008, p.12) e a consequente “*necessite déterminer la perspective d’un renouvellement de la critique*” (LEFEBVRE, 1959, p.9), “a necessidade de encontrar uma nova perspectiva da crítica e da emancipação que não procure aperfeiçoar o atual modelo de metabolismo social, mas o transcenda” (KURZ, 1993, p.9) para que possamos entender as condições da crise contemporânea e as nossas (im)possibilidades da práxis.

Os apontamentos em direção a transformação social e, antes talvez, ao entendimento da realidade devem passar por formas eficazes de sair desse ‘*campo cego*’ (LEFEBVRE, 2010). Como indica Costa (2007), parece existir um impasse ou crise de produção de conhecimento crítico sobre os processos sócio-espaciais na modernidade tardia. Não cabe aqui fazer uma genealogia da falência da crítica, mas de discutir a possibilidade de um giro ontológico da crítica⁴. Vários autores se dedicaram a isso, desde Lefebvre (1959; 1967) até Safatle (2008; 2015), Žižek (2012; 2014; 2016), Kurz (1993; 2012; 2015), Arantes (2014) ou Bonfeld (2015; 2016).

O que aconteceu, de acordo com Kurz (2003, s.p.), é um processo de dominação de significantes e significação que impede pensar “*más allá de la Modernidad productora de mercancías*”. Muito da esquerda, dos movimentos sociais e, ainda, dos teóricos críticos depois de Marx não avançaram na radicalização da crítica e a filosofia do iluminismo [ou

¹ Termo cunhado por Jameson (1990) para designar a construção de sentido para a realidade a partir da articulação cognitiva de significantes e significados.

² O real, em Žižek (2009; 2011) – derivado de sua formação lacaniana –, é entendido como um núcleo duro da experiência, algo traumático que não pode ser simbolizado. O real não tem existência positiva; só existe como abstrato. Porém, não consiste em algo externo à realidade: é o próprio núcleo da realidade que nossa capacidade de simbolização não consegue alcançar. É o que irrompe por entre as brechas da malha simbólica.

³ O próprio sistema de referências entra em crise. (KURZ, 1993)

⁴ Sobre isso, vale destacar a seguinte passagem de Swyngedouw (2014, s.p.): the epistemological and ontological parameters of what constitutes proper and properly critical emancipatory enquiry and politics have changed and shifted over the past decades, as indeed did the contours and dynamics of the urbanization process itself.

esclarecimento] serviu de legitimação, não apenas ideológica, mas, sobretudo, cognitiva da forma do sujeito burguês, se convertendo no fundamento positivo da história. Segundo Kurz (2003 s.p.): “La izquierda y los movimientos sociales empezaron a actuar en el «corset de hierro» (Max Weber) de las categorías capitalistas como sujetos burgueses.” É preciso romper essa limitação que se torna cada vez mais amarrada com o desenvolvimento das forças produtivas e dos aparelhos ideológicos que consolidam a racionalidade abstrata, econômica e tecnológica própria do capital que, como bem lembrou Marcuse (1982) em *O homem unidimensional*, solapa a possibilidade da crítica.

Diante disso, o diagnóstico só pode ser o seguinte: o marxismo (ou os marxismos, ou os marxistas), se desenvolveu como uma tradução do pensamento social vinculado com a crítica do estado atual das coisas, engajado no confronto com problemas históricos, materiais e práticos específicos⁵. Um sistema teórico como esse, de tradição crítica, ou seja, não se propõe a dar conta e abordar o existente como uma ciência positiva, mas dedica-se em mostrar as contradições da racionalidade corrente e da própria realidade existente. Tal dinâmica implica, como bem demonstrou Adorno (2009) entre outros, que o mundo se apresenta sempre com algum grau de irredutibilidade, ou seja, o teórico, o pensamento, nunca consegue esgotar o conteúdo do seu objeto, reconhecendo como mera aspiração o momento de identidade total entre nosso conhecimento e o mundo. Mas diante da postura política que esse sistema teórico se engajou e desenvolveu ao longo da tradição dialética significa reconhecer que o maior grau de irredutibilidade, o maior grau de contradição com nossos sistemas teóricos vem justamente daquilo que fica fora do seu foco principal e, portanto, revela suas próprias contradições. Por isso, historicamente é a *periferia* ou o *periférico* (em todos os seus sentidos) o que apresenta o maior potencial para contradizer os sistemas teóricos, inclusive e, principalmente, o da crítica.

A tarefa, portanto, é operar teoricamente a *aufhebung* da racionalidade crítica baseando na tentativa de deslocar epistemologicamente e politicamente o eixo da organização das gramáticas sociais para entender esse objeto em curso: a crítica do estado atual das coisas desde as periferias.

⁵ Todavia, ainda sim, o marxismo possui clara limitações como indica Lefebvre (1959; 1975; 1977). Em suas palavras: La pensée dite marxiste n’a pas jusque maintenant contribué à la connaissance des situations concrètes. Elle entre en crise elle-même et contribue à la crise de la pensée théorique (LEFEBVRE, 1959, p.220)

Assim, uma pergunta aparece inevitável: qual o sentido da teoria⁶ hoje? Ela não pode ser outra senão aquela que a própria tradição marxista reivindica: uma filosofia da práxis, que se engaja politicamente com o negativo da sociedade e se propõe a crítica no sentido mais forte do termo como lembra Horkheimer (1980): que não apenas demonstra as incoerências e contradições do estado atual das coisas, mas se permite refletir também sobre como se poderia ser.

O mundo inventado a partir da modernidade e do sistema produtor de mercadoria – em suma ‘*O Capitalismo*’ – não se constituiu como uma identidade inequívoca, mas, pelo contrário, se realiza a partir de contradições estruturais e históricas. O movimento próprio da forma valor, diante dessas contradições, demanda cisões para efetivar o processo irreversível comandado pela lógica da valorização do valor e fazer valer sua dominação abstrata: a separação capital e trabalho (MARX, 2013); estado e sociedade civil (POGREBINSCHI, 2009); trabalho corporal e trabalho espiritual (SOHN-RETHEL, 1980); trabalho masculino e trabalho feminino (SCHOZ, 1996). E uma dessas cisões que me interessa em especial é a separação espacial derivada do desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2004) entre centro e periferia (LEFEBVRE, 1991).

Isso, porque, lembra Lefebvre (2008) em sua *Critique of Everyday Life* que é no espaço que a vida cotidiana, a trama mais vida da reprodução do modo de produção capitalista se realiza. Assim, a separação espacial como resultante da lógica capitalista de produção do espaço parece ser fundamental para entender os mecanismos e estratégias de valorização do valor que acontecem hoje.

Assim, parece existir, nas periferias uma reprodução precária que permite, em última instância, sustentar a própria valorização do valor a partir da dominação abstrata social e geral que o capitalismo se tornou: uma dominação pelo tempo⁷ (POSTONE, 2014). Isso significa reconhecer que, pelo menos num primeiro nível de abstração, a categoria valor só é possível existir com a reprodução precária das periferias.⁸ Isso é revelado pela

⁶ Cabe, aqui, uma nota sobre a ideia de teoria. Ela não é a realidade em si, mas ajuda a compreender e a entender a realidade a partir de um encadeamento lógico de categorias explicativas que interpretam a realidade. Mas vale o adendo da décima primeira tese de Marx: a teoria também é essencial para a transformação do mundo.

⁷ Como afirma o próprio Postone (2017, p.502): the critique of political economy ultimately becomes the critique of political economy of time itself.

⁸ Faz parte, portanto, assumir o ponto de Slavoj Žižek (2017, p.44): “tudo deve ser repensado”, inclusive a teoria marxista do valor.

experiência de vida e será argumentado ao longo do trabalho que aí se encontra o fundamento para efetivar uma crítica renovada do capitalismo, que busca, a partir da periferia (ou do periférico) – em suas várias escalas – articular a valorização do valor, a produção do espaço e a reprodução da vida. Aqui, vale lembrar que o emprego da categoria valor ocorre em um duplo sentido – como em Marx (2011; 2013) de acordo com o entendimento de Paula e outros (2016): como categoria lógica e dialética e como descrição de característica histórica e contingente.

Como aponta Bonefeld (2015) pouco debate considerou a teoria do valor de Marx como uma crítica das formas sociais e seu emprego eminentemente crítico das categorias econômicas. Marx (2013) não está fazendo o mesmo uso da categoria valor-trabalho como aparece nos outros economistas clássicos, mas a emprega dentro do prisma da crítica para designar a dominação abstrata do capitalismo, e não como mera categoria econômica (POSTONE, 2014; 2017). Assim “it does so by revealing the human content that these forms render invisible at the same time as which the existence of capital rests in its entirety on human social practice” (BONEFELD, 2015, p.53). Marx (2013) procurou ao longo da obra d’*O Capital* demonstrar como o trabalho é a substância do valor e é exatamente essa abstração que atua como dominação.

Significa, portanto, como Backhaus (1997, p.305 *apud* BONEFELD, 2015, p.55)⁹ interpreta, que as formas econômicas constituídas e as categorias empregadas, passam, nas mãos de Marx (2013) por uma ressignificação que só pode ser decifrada a partir de uma base de referência que parta do seu humanismo¹⁰. O sistema que Marx (2009; 2010; 2011; 2013) desenvolve ao longo de suas obras e culmina com *O Capital* representa a tentativa de se fazer uma crítica de objetos da economia política capitalista e liberal apresentando as deficiências e limitações dos seus pressupostos, categorias, problematização e argumentação colocando como horizonte a emancipação humana,

⁹ BACKHAUS, H.G. 1997. **Die Dialektik der Warenform**. Freinburg: Ça ira.

¹⁰ Como Marx (2009) escreveu: “a crítica quando argumenta e demonstra *ad hominem*, E argumente e demonstra *ad hominem* quando se torna radical; Ser radical é tomar as coisas pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem.” Isso significa que o parâmetro da crítica é o ser humano em toda sua dignidade e possibilidade de auto realização. Já nos *Manuscritos*, Marx (2010, p.106) descreve a sociedade capitalista como a “negação do humanismo realizado” [*vollendeter Humanismus*] e formula seu programa revolucionário, enunciando o “imperativo categórico de derrubar todas as relações em que o homem é um ser degradado, escravizado, abandonado, desprezado” (MARX, 2010, p.385)

usando-a como baliza para sua crítica como Horkheimer (1980) argumentou anos mais tarde como sendo o fundamento da teoria crítica.

Limites existentes na crítica tradicional da economia política:

Assim, o esforço teórico não pode e não deve ser descartado como inválido, num mundo onde reina o pragmatismo de pesquisas com ‘resultados concretos’. A reflexão com a questão epistemológica tem uma função importante que Brenner e Schmid (2015) reivindicam, assim como Adorno (2003): é a partir de uma reflexão sobre a epistemologia, a própria tessitura de sentido formulada para dar explicação as coisas da realidade, que se permite colocar as questões que nos incomodam de outra maneira – e só quando percebida de outra maneira que é possível, perceber novas respostas e novas açõs.

Diante disso a tarefa só pode ser da crítica teórica que passa por categorias que pesam sobre o conjunto da vida cotidiana, caminho esse já indicado desde os primeiros escritos de Marx (2008; 2010; 2011; 2013) que, de forma alguma, significa um engajamento político “prático” de menor importância, mas um duplo imbricamento que direciona para uma crítica radical do estado atual das coisas.

Aqui, vou procurar argumentar no sentido de se fazer uma crítica categorial e negativa que parta, necessariamente, da experiência – também negativa – das periferias urbanas como uma forma de escapar de se cair numa espécie de fetichismo do conceito capaz de propor um novo olhar para a teoria crítica.

Cabe aqui uma advertência: não se espere a construção de uma arquitetura conceitual rígida nos moldes consolidados. Assim como “Benjamin se propõem a evitar a tentação de sistematizar ou sacrificar a especificidade do detalhe por alguma arquitetura conceitual dentro da qual seria inserida” (JENNINGS, 1987, p.31), não se caminha na direção de definições rígidas, mas exatamente no sentido de construir aberturas dentro da crítica. Desde de dentro e para dentro – preposições que devem ser muito levadas a sério. Na verdade, o impulso dessa abertura talvez seja a principal característica de um certo marxismo tardio preocupado com a renovação da crítica como foi de Lefebvre (1967) e de Adorno (2009).

O esforço, portanto, é de concentra-se em realizar uma crítica radical à própria crítica da economia da política da urbanização como vem sendo feita¹¹. Construir, em outras referências, uma metacrítica – afinal, já alertava Lefebvre (1967), que a crítica só se esclarecerá em sua crise; somente no momento da dissolução da crítica, em que encontra seus limites, que se torna possível entender a metacrítica. Por que? A crítica da economia política como vem sendo feita opera dentro de uma determinada gramática já instituída que não contribui para superar o campo cego existente. Como afirmará Lefebvre (2010, p.37) essa abordagem, por si só, “não é mais suficiente, ainda que permaneça necessária”. Assim, é necessário ir além da própria crítica para que ela se possa efetivar, em direção a o que pretendo chamar de metacrítica – uma crítica que esteja além da própria crítica e que, com isso, possa contribuir, de alguma forma, a superar o campo cego. Da crise da crítica à metacrítica.

PARALAXE E DIFERENÇA PARA UMA METACRÍTICA

Assumir uma visão em paralaxe não se trata de diminuir, deduzir, destrinchar os dois conceitos até que se torne um só. Muito pelo contrário, Žižek (2009) argumenta que o que faz o trabalho de Karatani (2003) ser especial é o fato das análises começarem a partir da oposição. Se trata de não tentar deduzir dialeticamente opostos imiscíveis, mas de partir deles. A síntese, portanto, esperada equivale à própria afirmação de suas diferenças, ou seja, a afirmação de uma lacuna paraláctica ou antinomia fundamental, que nunca pode ser dialeticamente mediada. Embora, façam parte de um mesmo fenômeno dizemos que há uma cisão, dois lados, que as impedem de se encontrarem, pois há um curto-circuito que as coloca em lados distintos e que exatamente por isso são impossíveis de se encontrarem.

Este processo de formação de paralaxes faz parte do próprio tecido que organiza o real, ambíguo e contraditório, mas, mesmo assim, articula seu sentido. Ou seja, há uma necessária contradição que, assim como na dialética hegeliana, na qual ser e nada são apresentados como um trânsito constante de um no outro, implica na consideração da diferença absoluta como condição ontológica do real. Em Žižek (2009), o caráter da contradição, contudo, só pode ser notado através de uma lacuna intransponível.

¹¹ De certa forma, representa também uma ‘*critique du dogmatisme marxiste*’ como a empreendida por Lefebvre (1959), um esforço de contribuir para uma renovação da crítica.

Dessa forma, afirma Žižek (2009), a paralaxe permite a restauração do sistema filosófico do materialismo dialético já que leva o sujeito a uma tensão com seu próprio significado diante das posturas que assume durante a reflexão. A lacuna paraláctica é o que permite o reconhecimento da realidade como incompleta e do sujeito apenas como uma ilusão da realidade simbólica. A visão em paralaxe se articula na tentativa de realizar (e compreender) o giro ontológico de um ponto de vista ao outro.

Mas como bem ressalta o Žižek (2009), a paralaxe como descrita – fenômeno ontológico - não diz respeito a mera questão geométrica. Deve-se lembrar que o sujeito do conhecimento não se separa do espaço do conhecimento no qual ele está inserido. Assim, é exatamente a partir dessa diferença que é possível articular a visão em paralaxe como mudança de ponto de vista.

Assim, a visão em paralaxe pode ser adotada numa perspectiva de postura de pesquisa. Ela permite o deslocamento entre pontos de vistas que permitem observar o ponto cego do outro. Como é destacado por Žižek (2009, p.47):

A paralaxe é composta de dois pontos de vista incompatíveis do mesmo X: uma torção reflexiva mínima. Não temos dois pontos de vistas, temos um ponto de vista e o que foge a ele, e o outro ponto de vista preenche o vazio do que não podemos ver do primeiro ponto de vista.

Essa mudança, no entanto, ela é fundamental na organização do pensamento e na percepção da realidade pela capacidade de mudar não apenas de onde fita-se o objeto mas inclusive o sujeito. Enquanto a epistemologia (e, por que não, cosmologia?) construcionista pode ser, conforme Viveiros de Castro (2012), resumida na fórmula saussureana: o ponto de vista cria o objeto; a paralaxe se baseia segundo o princípio de que o ponto de vista cria, em última instância, o sujeito.

A definição padrão de paralaxe é: o deslocamento aparente de um objeto (mudança de sua posição em relação ao fundo) causado pela mudança do ponto de observação que permite nova linha de visão. É claro que o viés filosófico a ser acrescentado é que a diferença observada não é simplesmente "subjetiva", em razão do fato em que o mesmo objeto que existe "lá fora" é visto a partir de duas posturas ou ponto de vistas diferentes. (ŽIŽEK, 2009, p.32)

Dessa maneira, uma visão em paralaxe aumenta o seu alcance exatamente ao reconhecer as suas distorções.

Mudar o ponto de vista significa, em suma, uma coisa: pensar diferente. E, na verdade, é esta toda a aposta que Lefebvre (1975) realiza em seu Manifesto Diferencialista. A intenção do filósofo é reconhecer a potência transformadora do ser diferente diante da

instituição homogeneizante e, ao mesmo tempo, fragmentada do capitalismo. Essa, postula Lefebvre (1975), deve ser a única saída do mundo capitalista. Na verdade, é também o interesse do Adorno (apud ZIZEK, 2016) de que aposta em um olhar diferente para a teoria crítica.

Para Lefebvre (1975) a importância da criação, a capacidade criadora e emancipatória, está na sua capacidade e efetividade em se opor a totalização levada em curso pelo sistema capitalista. Trata-se, sobretudo de negar a totalidade dada. E, para tanto, é necessário fazer diferente. Por isso, no Manifesto Diferencialista, ele afirma: “O pensamento diferencialista é radicalmente revolucionário” (LEFEBVRE, 1975, p.110).

A diferença ocupa papel fundamental em sua filosofia. Sua defesa é reconhecer que as diferenças são a linha de frente de uma luta anticapitalista e em prol da defesa de uma transformação social. “As diferenças estão à margem da homogeneização; são resistências, exterioridades, o diferente é o que é excluído, o periférico” (LEFEBVRE, 1991, p.178). Ou seja, dentro do capitalismo, o diferente é o negativo.

A diferença é, na verdade, um instrumento para construir a emancipação, exatamente porque ela surge como uma oposição, ou melhor, como negação ao instituído. Se faz diferente. Não é exatamente isso que Rancière (1996) reivindica em seu texto sobre *O Dissenso? A necessidade e urgência de se fazer ouvir uma outra voz.*

De tal forma, o esforço deve ser direcionado em mobilizar novos significantes que permitam estabelecer uma nova constelação de significados, um novo mapeamento cognitivo radical que é realizado pelo ato de mudar o ponto de vista da teoria crítica do urbano. Esse deslocamento, deve ser exatamente para o negativo dessa urbanização capitalista, exatamente porque lá reside uma certa potência do negativo: a periferia do urbano. O deslocamento do ponto de vista permite perceber a realidade de outra maneira, mas mais do que isso, permite articular outros significantes para entender a realidade. Assim, a intenção é exatamente encontrar, junto aos sujeitos das periferias urbanas, um outro registro, um registro diferente, um registro novo para a crítica, preocupado em como esse marco ‘contamina’ a teoria crítica. Assim, reforçar a necessidade de se encontrar “os fundamentos de uma forma ainda embrionária de crítica renovada” (SAFATLE, 2006, p.12) – ou, como prefiro tratar aqui, de uma metacrítica.

DESLOCAMENTO PARA AS PERIFERIAS: EM BUSCA DE OUTRAS EPISTEMOPOLÍTICAS

Meu foco é exatamente na parte ‘residual’ de todo este processo. Na obra *Metafilosofia*, Lefebvre (1967) deixa claro que no processo de totalização da lógica do capital nunca pode ser absoluto por causa de suas contradições internas, gerando sempre um elemento residual, sua sombra, seu negativo. “Em qualquer sistema totalizante deixa-se um resíduo que lhe escapa e que lhe é resistente” (LEFEBVRE, 1967, p.309). É sobre isso que Merrifield (2015, p,12) deixa claro:

The method of residues is the reality of residues, the reality of all those expulsions, all those banished from the trappings of neoliberal urban reality. The residues are the disenfranchised constituency haunting the global banlieue. I like to call this residue a shadow citizenry: the remainders and irreducibles who live out the periphery, who feel the periphery inside them, who identify with the periphery (MERRYFIELD, 2015, p.12).

Assim, o ímpeto desta pesquisa está em reconhecer “o vivido, o cotidiano, a experiência da empiria como resíduo dificilmente redutível desta forma de pensamento (LEFEBVRE, 1976, p.145). Deslocar o olhar, criar uma paralaxe, encontrar nos resíduos a substância da própria crítica.

Se Topalov (1988) indicava uma crise na produção da teoria urbana e, como bem apontado pelo próprio autor, esse também significou um momento de reflexão para a orientação da pesquisa inspirada no marxismo, tem sido possível observar o favorecimento de “objetos locais”, do “microsocial” e do “cotidiano” (TOPALOV, 1998, p.23) nas pesquisas e teorizações referentes a temática urbana. Assim, uma outra forma de dizer sobre meu interesse de pesquisa é como uma arqueologia de formas de viver e experimentar a cidade próprios da periferia, convidando estes testemunhos a dizer sobre a experiência na cidade, interpretando-os como possibilidade de explicação e entendimento do urbano capitalista. Representa, dessa forma, um processo de montagem e desmontagem (e, ainda, remontagem) de um instrumental teórico fundamental para a interpretação do processo urbano a partir das experiências dos indivíduos “reais”.

É exatamente esse interesse no cotidiano que me importa, já que, “a cotidianidade suscita problemas novos” (LEFEBVRE, 1967, p.172). São esses novos problemas que, então, irá permitir abordar os pontos cegos da teoria crítica e, quiçá, encontrar, também na cotidianidade, algumas das respostas.

Dessa maneira, cabe destacar que a fricção entre a pesquisa molecular e a generalização macroscópica são partes do próprio método dialético do Marx. Como afirma Henri Lefebvre (1969, p.199): “Marx estabelece uma conexão entre a vida privada com a abstração e o formalismo generalizados que invadem a prática social”. Também foi parte da própria perspectiva de Adorno (2009) em sua tentativa de cruzar o particular com o geral e sustenta-los em sua tensão contraditória.

Assim, o desafio fundamental é apontado: um entendimento da cidade que deverá partir e se pautar na prática social. Por isso concentrar nas vítimas da segregação, dos expulsos da cidade tradicional, dos que são privados de uma nova vida urbana (im)possível.

Mas porque desde as periferias? Essa é uma questão central que pode ser abordada por várias perspectivas:

Como demonstrou Kurz (1993) o colapso avança da periferia para o centro, argumento esse já desenvolvido pelo próprio Marx. Löwy (2015) afirma que existe em Marx, em 1881 em diante (principalmente nas cartas à Vera Zasulich, a explicitação de uma “virada periférica”, que indica uma visão diferente do que Marx e Engels vinham construindo e representa uma mudança, tanto teórica quanto política. Nas palavras de Löwy (2015, s.p.): “Marx passa a afigurar a hipótese que os processos revolucionários aconteceriam na periferia, não no coração do capitalismo”. Isso se deve ao fato da própria condição ontológica da periferia, que é o espaço de fronteira, o que está em contato com o ‘lado de fora’ e, portanto, o “elo mais fraco” desta corrente que sustenta a realidade. Mais ainda, é na periferia onde ocorre a acumulação das contradições devido ao próprio processo de sua gênese.

Ainda é necessário abordar esse problema de um viés epistemológico. O marxismo (ou os marxismos, ou os marxistas), se desenvolveu (ou se desenvolveram) como uma tradução do pensamento social vinculado com a crítica do estado atual das coisas, engajado no confronto com problemas históricos, materiais e práticos específicos¹². Um sistema teórico como esse, de tradição crítica, ou seja, não se propõe a dar conta e abordar o existente como uma ciência positiva, mas dedica-se em mostrar as contradições da

¹² Todavia, ainda sim, o marxismo possui clara limitações como indica Lefebvre (1959; 1975; 1977). Em suas palavras: La pensée dite marxiste n’a pas jusque maintenant contribué à la connaissance des situations concrètes. Elle entre en crise elle-même et contribue à la crise de la pensée théorique (LEFEBVRE, 1959, p.220)

racionalidade corrente e da própria realidade existente. Tal dinâmica implica, como bem demonstrou Adorno (2009) entre outros, que o mundo se apresenta sempre com algum grau de irredutibilidade, ou seja, o teórico, o pensamento, nunca consegue esgotar o conteúdo do seu objeto, reconhecendo como mera aspiração o momento de identidade total entre nosso conhecimento e o mundo. Mas diante da postura política que esse sistema teórico se engajou e desenvolveu ao longo da tradição dialética significa reconhecer que o maior grau de irredutibilidade, o maior grau de contradição com nossos sistemas teóricos vem justamente daquilo que fica fora do seu foco principal e, portanto, revela suas próprias contradições. Por isso, historicamente é a *periferia* ou o *periférico* o que apresenta o maior potencial para contradizer os sistemas teóricos, inclusive e, principalmente, o da crítica¹³.

Cabe refletir sobre a importância política de se dedicar à reflexão das periferias. Lacan (2008) identifica que o papel do sintoma na formação da subjetividade dos sujeitos já que é, apenas nesse negativo (o excedente, o que escapa, o dejetivo do inconsciente) que permite, positivamente, acessar o inconsciente do sujeito. Da mesma forma, essa perspectiva lacaniana deriva, em certa medida, da sua leitura de Marx (2013)¹⁴. Em sua perspectiva dialética, é exatamente esse trabalho que, estranhado do trabalhador, permite ele exercer o trabalho e sua exteriorização. É, portanto, a mais-valia o sintoma do capitalismo. Em Marx (2013), isso fica claro, na medida em que, para Lacan (2008), “a verdade do capitalismo é o proletariado”. Esta afirmação de Lacan (2008) pode ser confirmada, por exemplo, por uma passagem do posfácio da segunda edição de *O Capital*, onde Marx (2013, p.23) afirma que “a economia política burguesa, isto é, a que vê na ordem capitalista a configuração definitiva e última da produção social, só pode assumir caráter científico enquanto a luta de classes permaneça latente ou se revele apenas em manifestações esporádicas”. Só a verdade do sintoma proletário pode questionar a cientificidade da economia política burguesa. A pergunta que Marx (2013) faz, num certo sentido, é: o que é uma ciência econômica do capitalismo que inclua o proletário, seu próprio sintoma? A resposta é *O Capital*: uma ciência do capitalismo que inclui a sua verdade – e a grande descoberta foi o processo de produção e sua forma de dominação.

¹³ Essa discussão devo aos companheiros Carlos Macias, Frederico Bonifácio e companheira Natália Alves que participaram comigo da mesa coordenada “*Os limites da crítica tradicional: o que as periferias podem dizer sobre?*”, no colóquio Marx e o Marxismo 2017: de *O Capital* à Revolução de Outubro.

¹⁴ Realizada por Lacan, em especial, durante 1968 e 1969.

O mesmo deve valer para as periferias. Elas são a expressão material do processo de produção do urbano, em que garante a sua (re)produção em escalas cada vez mais ampliadas. Essa dimensão de uma certa negatividade (em relação ao centro) é exatamente a positividade que permite ocorrer o urbano a partir dos moldes capitalistas. Assim, parafraseando a afirmação lacaniana: “a verdade do urbano é a periferia”. Portando a perspectiva que se propõem esta pesquisa é de pensar uma teoria do urbano que inclua o sintoma da urbanização: a periferia.

Por fim, vale aqui aprofundar o entendimento do processo de crítica e, sobretudo, da postura que ela implica. Como aponta Safatle (2007) a crítica é animada pela experiência material do sofrimento social em relação às imposições produzidas pelas condições das formas de vida. Ou seja, pretendo argumentar aqui que o processo de crítica envolve a mobilização da angústia, do sofrimento e do mal-estar como os afetos políticos por excelência para sua efetivação. Ou seja, parto da ideia de que é necessário, para operar a crítica, uma certa potência de negatividade – da despossessão total.

Assim, entender o negativo da urbanização do capital - a urbanização sujeitada sobre os trabalhadores - é passo fundamental para compreender as contradições da produção capitalista do espaço na dinâmica contemporânea.

Só dessa forma parece ser possível realizar o trocadilho de Marx (2013) no prefácio à segunda edição d’*O Capital* em que fala de uma “crítica crítica” (sic), em que a crítica é, efetivamente, crítica, mesmo que, em um primeiro momento possa parecer um pleonasma. Com isso, vou argumentar em direção à necessidade de constituir uma metacrítica, no mesmo sentido e direção que Henri Lefebvre (1967) elaborou o conceito de metafilosofia.

Se Lefebvre (1967) afirmou – e aqui, seguindo o pensamento de Marx (2008) – que a metafilosofia deveria ser a “realização do projeto filosófico, que passa pela metamorfose da vida cotidiana”, poderia, de forma análoga, dizer que o projeto da crítica deve passar, necessariamente, também por esse encontro com a vida cotidiana, ou seja, com a constituição de uma metacrítica.

Limites no sentido tanto geométrico da palavra – o perímetro de jurisdição ou validade destes conceitos – como também no sentido matemático-dinâmico – o atrator para onde tendem certas virtualidades encontradas em ‘outros lugares’. Com isso, o foco reside

sobre como os conceitos do campo teórico entram em contato com o campo da experiência objetiva, criando uma espécie de curto-circuito. Em ambos os lados os conceitos são análogos, mas possuem outras referências. Ou seja, é necessário um trabalho de tradução.

Tradução essa que lida com um giro não apenas epistemológico, mas, sobretudo, um giro *epistemopolítico*. Significa um deslocamento do ponto de vista em direção a uma possibilidade de considerar outras formas de conhecimento. Não quero aqui tratar de proceder em uma comparação a posteriori das ideias 'acadêmicas' com a perspectiva dos 'outros', como ideias já prontas, mas de referir-me a ambas como pontos de partida numa operação que, a partir das diferenças, simétricas e paraláticas, determinem novos significados e novas articulações. Significa então assumir a possibilidade de um altercognitivismo simétrico que funciona, sobretudo, articulado em paralaxes: em diferenças estruturais de pontos de vistas que podem oferecer novas aberturas de entendimento.

Com isso é necessário, sobremaneira, de superar o que Lefebvre (1999) chamou de campos cegos que designam setores e relações que, mais do que mal explorados, dizem respeito a um ponto cego próprio da retina pela qual observamos o campo novo, que não se revela a partir dos mesmos conceitos que o antigo. Assim, o processo dialético de observar os processos socioespaciais urbanos, contribuir para o avanço do conhecimento e que esteja direcionado rumo a mudança social, em uma imbricada dialética, pressupõem o desenvolvimento de uma superação deste campo cego, como o que o próprio Lefebvre (1999) empreende.

“O ponto central da visão não se vê, nem sabe que é cego. Esse paradoxo também não se estende ao pensamento, à consciência, ao conhecimento?” Se pergunta Henri Lefebvre (1999, p.41). Ora, para que se possa iluminar o campo cego é necessário um deslocamento de ponto de vista para perceber outras gramáticas que possam dar conta, superando a limitação.

Se chega em um momento que o arsenal teórico e conceitual, que era tratado a partir de um ponto de vista, não consegue mais dar conta da realidade, é necessária sua superação. Me parece, portanto, que uma hipótese para tratar dessa superação do campo cego pode ser a visão em paralaxe. Ou seja, uma torção paralática no modo como se produz o entendimento dos processos socioespaciais. Assim, é necessário contato e a tradução de

um outro léxico que de conta desse campo cego. Por isso, o tom da pesquisa em se voltar para a prática da periferia: a aposta é que esse novo léxico pode ser encontrado na experiência desses sujeitos. Essa é uma crítica do arsenal teórico da própria da crítica da economia política (que, anteriormente, destaquei ser essencial para esse processo), como um auto-desmoronamento rumo a uma metacrítica da economia política do urbano que, por sua vez, é desencadeado a partir de outras lógicas, outras racionalidades, outros circuitos de afetos acessadas em uma relação intersubjetiva.

Portanto, a partir da articulação de uma paralaxe referente a própria produção do conhecimento, mudando o ponto de vista para os sujeitos das periferias urbanas pode ser a forma de colocar as contradições em movimento para iluminar e refazer uma crítica da economia política do urbano. Para isso, procuro buscar elementos da produção do espaço realizada por esses sujeitos, em sua experiência urbana, como momento fundamental da produção de um saber crítico. Assim, talvez seja o caso de reforçar o alargamento do discurso da crítica para fora de um campo hermético, reconhecendo outras formas de crítica que se complementam.

Os primeiros indicativos de uma metacrítica:

A pergunta que marxistas de todas as épocas parecem se defrontar, e não seria diferente aqui, é: como pode o capitalismo continuar a se reproduzir? A despeito de sua natureza contraditória (MARX, 2013), de seu potencial de destruição (ADORNO, 2009), da barbárie que engendra (LUXEMBURGO, 2009) e de toda a crítica dirigida às formas de subjetivação (ZIZEK, 2013) e de sua racionalidade abstrata (POSTONE, 2014), me parece fundamental uma reflexão sobre o próprio arsenal da crítica e, a partir daí, fazer algo que vá além e contribuir para sua interpretação que parta do cotidiano das periferias, assumindo-as como espaço possível deste exercício de reflexão.

Com base nessa abordagem, parece ser necessário reformular alguns elementos necessários para formar uma constelação de relações entre os conceitos que pretendo chamar de *metacrítica da economia política do espaço* e, assim procedendo, espero lançar base – ainda que de maneira ‘experimental’ – para uma análise crítica e radical da formação social capitalista sua dominação e as estruturas de reprodução que seja mais adequada para compreender as periferias urbanas do século XXI a partir da constelação de conceitos convocada. Essa operação, acredito, é parte indissociável de qualquer

esforço teórico para a compreensão do movimento de constituição da realidade e de sua crítica.

Me parece que as periferias indicam a existência de um valor que alimenta o conteúdo da reprodução automatizada global. Esse valor, entretanto, tem o sinal trocado e, indica, portanto, sua sombra, seu negativo. Ao contrário das mercadorias correntes, a reprodução da força de trabalho – afinal, como bem lembrou Marx (2013), esta é uma mercadoria especial, diferente de qualquer outra – quantos mais horas envolvidas em sua auto-produção (ou seja, ocorrendo fora do consumo corrente), menos valor tem e, por consequência, mais permite os circuitos de valorização do valor se encherem de uma mais-valia relativa que chegam por infinitas vias indiretas (ainda, como pretendo discutir, essa estrutura é o que garante espremer, até a última gota, a exploração de mais-valia absoluta dos territórios periféricos). Esse argumento é o desenvolvimento de uma leitura contextualizada da teoria do valor – uma das principais contribuições de Marx (2013) à crítica da economia capitalista. Todavia, parece ter sido ignorado, durante certo tempo (ao menos até Lefebvre), a importância do cotidiano e da reprodução da vida para os circuitos do valor. A perspectiva da periferia – este outro ponto de vista – pode ser esclarecedor neste sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente a necessidade de uma epistemologia que procure identificar, mesmo que em potencialidade, os processos e práticas espaciais resistentes que são subsumidos dentro da narrativa hegemônica da expansão do capital. Essas práticas espaciais só podem, portanto, ser encontrada na prática cotidiana que é esquecida frente ao funcionamento do urbano contemporâneo.

Minha aposta é que ela pode ser encontrada nas periferias e, com a experiência desses sujeitos, ser capaz de, também, oferecer subsídios para o entendimento, teorização e, quiçá, a superação dessa realidade. Thompson (1981) advoga que é por meio da categoria experiência que se “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 1981, p.15). É pela experiência que homens e mulheres definem e redefinem suas práticas e pensamentos.

Pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura. (THOMPSON, 1981, p.182)

Mas por que a experiência específica destes sujeitos da periferia? Eles experienciam, nas periferias, uma outra gramática – material e psíquica. Uma outra forma de vida que implica em um determinado circuito de afetos. A intenção, portanto, é desdobrar essa gramática, para construir uma nova crítica da economia política capitalista, pensando a articulação entre afetos e corpo político para pensar uma política da transformação, tal qual realiza Safatle (2016) em Circuitos de Afetos. Com isso, pretendo deslocar o eixo da teoria crítica para estar assentado no ‘se fazer sentir’, no ‘se deixar afetar’ para que assim seja possível instaurar novas corporeidades e formas de ser .

Significa, portanto, reconhecer um “recorte do mundo sensível” (RANCIÈRE, 1996, p.373) e com isso, outras racionalidades e outras formas de vida são mobilizadas. A periferia implica em uma outra mobilização de circuitos de afetos por ser uma experiência negativa, e por ser uma experiência de potência negativa. Assim é que se deve entender a periferia como espaço da crítica.

A política não é em primeiro lugar a maneira como indivíduos ou grupos em geral combinam seus interesses e seus sentimentos. É antes um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro recorte do mundo sensível. (RANCIÈRE, 1996, p.368)

Dessa maneira, a partir destes pressupostos, reforçamos as formulações (necessárias) de uma teoria crítica que não esteja fora da história e que seja imanente da própria experiência dos sujeitos excluídos (essa parte ‘não-parte’ da estrutura que Safatle (2016), Žižek (2011) e Rancière (1996) se referem). Urge um deslocamento de ponto de vista e, encarar a paralaxe que se abre a partir disso.

Esse, com certeza, é o imperativo que Rancière (1996) organizou ao longo de seu percurso intelectual. Começando como um althusseriano estrito, acabou por realizar um distanciamento do pensamento de Althusser: seu elitismo teoricista, sua insistência no hiato que separaria eternamente o universo do conhecimento científico do universo de

desconhecimento ideológico que as massas estariam imersas. Contra essa posição, dos teóricos críticos como aqueles que falam pelas massas ou que conhecem a verdade sobre elas, Rancière (1996) tenta elaborar os contornos epistemológicos e políticos que as massas, os excluídos, as não-partes o lugar de enunciação sobre si mesmo. É nessa orientação que sigo nesta tese, elaborar uma epistemopolítica capaz de sustentar, tal qual a pergunta de Spivak (2010): pode a periferia falar? E a única resposta possível, diante da falência da crítica (SAFATLE, 2008), é que sim. E a periferia deve ser o lugar da elaboração de uma metacrítica como forma de entender o mundo, mas, e principalmente, de muda-lo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. 2009. Dialética negativa. Rio de Janeiro: Zahar.

BONEFELD, Werner. 2016. Notes from tomorrow: On reason, negation and certainty. Delhi: Radical Notes/Aakar Books.

BRENNER, Neil. 2012. What is critical urban theory? In: BRENNER, Neil; MARCUSE, Peter; MAYER, Margit. Cities for people, not for profit: critical urban theory and the right to the city. New York: Routledge.

BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. 2015. Towards a new epistemology of the urban? City, v.19, n.2-3, p.151-182.

COSTA, Geraldo. 2003. A contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana. In: X Encontro Anual da ANPUR, Belo Horizonte.

COSTA, Geraldo. 2007. Teorias sócio-espaciais: diante de um impasse? Etc espaço, tempo e crítica, n.2, v.1, julho-setembro, p.5-20.

COSTA, Geraldo. 2013. Aproximação entre teoria e prática: reflexões a partir do pensamento do Henri Lefebvre. Revista UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.168-189.

DOUGLAS, Helen. 2016. To change our thinking: philosophical practice for difficult times. South African Journal of Philosophy, v.35, n.2, p.123-131.

HARVEY, David. 2010. The crises of capitalism. Palestra. The Royal Society of Arts, Londres. 4 de maio de 2010. Disponível em: <https://youtu.be/26o22Y33h9s>. Acessado em: 15 de setembro de 2016.

JENNINGS, Michael. 1987. Dialectical images: Walter Benjamin's theory of literary criticism. London: Cornwell University Press.

KARATANI, Kojin. 2003. Transcritique: on Kant and Marx. Cambridge: MIT Press.

KURZ, Robert. 2012. Crise e Crítica: o limite interno do capital e as fases do definhamento do marxismo – primeira parte. Revista EXIT!, n.10.

KURZ, Robert. 2015. Poder mundial e o dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio. Rio de Janeiro: Consequência.

LEFEBVRE, Henri. 1959. La somme et le rest. Paris: PUF.

LEFEBVRE, Henri. 1967. Metafilosofia: prolegômenos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LEFEBVRE, Henri. 1975. El Manifiesto Diferencialista. México: Siglo Veintiuno.

LEFEBVRE, Henri. 1976. Hegel, Marx e Nietzsche: O reino das sombras. México: Siglo Veintiuno editores.

LEFEBVRE, Henri. 1999. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG.

MARX, Karl. 2013. O capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl. 2015. A questão judaica. São Paulo: Boitempo Editorial.

MERRYFIELD, Andy. 2015. A metaphilosophie of urban. Disponível em: <http://antipode.com/interventions/11-08-2015/andy-merryfield-metaphilosophie>. Acesso em: 07 janeiro de 2016.

MIFTRAB, Faranak. 2016. Insurgency, Planning and the prospect of a humane urbanism. In: VI World Planning Schools Congress. Annals. Rio de Janeiro: WPSC.

RANCIÈRE, Jacques. 1996. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.). A crise da razão. Rio de Janeiro: Companhia das Letras e Fundação Nacional de Arte.

ROY, Anaya. 2011. The agonism of utopia: dialectics at a standstill. *Tradition Dwellings and Settlements Review*, v.13, n.1, 7-16.

SAFATLE, Vladimir. 2008. *Cinismo e a falência da crítica*. São Paulo: Boitempo Editorial.

SAFATLE, Vladimir. 2015. *Dialética hegeliana, dialética marxista, dialética adorniana*. Departamento de Filosofia da USP: São Paulo.

SAFATLE, Vladimir. 2016. *Circuito de afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosacnaif.

SPIVAK, Gayatri. 2010. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG.

SWYNGEDOUW, Erik. 2014. Insurgent urbanity and the political city. In: MOSHSEN, Mostafavi. (Org.). *Ethics of the Urban: the city and the spaces of the political*. Zurique: Lars Müller Publishers.

SWYNGEDOUW, Erik. 2015. Urban insurgencies and the repolitization of the unequal city. In: MIRAFTAB, Faranak; WILSON, David; SALO, Ken. (Orgs.) *Cities and Inequalities in a Global and Neoliberal World*. Nova York: Routledge.

THOMPSON, Edward Palmer. 1981. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar.

TOPALOV, Christian. 1988. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. *Espaço e Debates*, ano 8, n.23, p.05-30.

VAINER, Carlos. 2016. Decolonizing the urban. In: VI World Planning Schools Congress. *Annals*. Rio de Janeiro: WPSC.

WALKER, Richard. 2015. Building a better theory of the urban: a response to 'Towards a new epistemology of the urban?' *City*, v.19, n.2-3, p.183-191.

WALKER, Richard. 2015. Building a better theory of the urban: a response to 'Towards a new epistemology of the urban?' *City*, v.19, n.2-3, p.183-191.

WALKER, Richard. 2015. Building a better theory of the urban: a response to 'Towards a new epistemology of the urban?' *City*, v.19, n.2-3, p.183-191.

ZIZEK, Slavoj. 2009. A visão em paralaxe. São Paulo: Boitempo Editorial.

ZIZEK, Slavoj. 2013. Vivendo no fim dos tempos. São Paulo: Boitempo Editorial.

ZIZEK, Slavoj. 2014. Absolute Recoil: towards a new foundation of dialectical materialism. New York: Verso books.

ZIZEK, Slavoj. 2016. O absoluto frágil, ou Porque vale a pena lutar pelo legado cristão? São Paulo: Boitempo Editorial.

ZIZEK, Slavoj. 2016. O sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia política. São Paulo: Boitempo Editorial.